

MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-JUD-SJ/BA 2021-2026

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO			
MENOR QUE 70%	DE 70% A 84%	DE 85% A 99%	MAIOR OU IGUAL A 100%
			

ANO 2021*

META	DESCRIÇÃO	RESULTADO
1	Reduzir o consumo de PAPEL reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 50 % a.a. até 31/12/2022 - (ano referência 2019)	
2	Reduzir o consumo de COPOS descartáveis em 20% a.a. até 31/12/2022 - (ano referência 2019)	
3	Reduzir o consumo de ÁGUA ENVASADA em embalagens retornáveis em 10% até 31/12/2022 - (ano referência 2019)	
4	Reduzir o consumo de SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO em até 50% até 2022 - (ano referência 2019)	
5	Não aumentar o consumo de ENERGIA elétrica - (ano referência 2019)	
6	Não aumentar o consumo de ÁGUA E ESGOTO - (ano referência 2019)	
7	Destinar 100% dos RESÍDUOS sólidos coletados em Salvador para o destino adequado. Concluir a implementação da coleta seletiva na sede até 2022	
8	Manter a quantidade total de participantes em ações de QUALIDADE DE VIDA alcançada em 2019 até 31/12/2022 - (ano referência 2019)	
9	Não aumentar o gasto com TELEFONIA em relação ao ano de 2019	
10	Não foi possível estabelecer meta para VIGILÂNCIA devido ao aumento da estrutura física das SSJs (contratação de guardetes) etc	
11	Não aumentar os gastos com LIMPEZA até 31/12/2022, desconsideradas as repactuações - (ano referência 2019)	
12	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com REFORMAS e mudanças de leiaute	
13	Não aumentar a quantidade de QUILÔMETROS rodados - (ano referência 2019)	
14	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS até 31/12/2022 - (ano referência 2019)	
15	Promover ações de CAPACITAÇÃO que sensibilizem 30% do quadro total da SJBA até 31 de dezembro de 2022	
16	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações – CONTRATAÇÕES MAIS SUSTENTÁVEIS	
17	Implementar o indicador de EQUIDADE	

*Como no ano de 2020, todas as metas foram influenciadas positivamente ou negativamente pela pandemia causada pelo novo coronavírus.

O trabalho remoto obrigatório provocado pela pandemia mostrou que pode haver produtividade mesmo trabalhando de casa, que as despesas com edificações podem ser reduzidas drasticamente e que os impactos ambientais decorrentes desses usos e de deslocamentos urbanos evitáveis podem ser mitigados. Quase todos os indicadores tiveram os seus consumos reduzidos. A digitalização dos processos permite essa transição do trabalho presencial para o teletrabalho.

O cenário mundial do planeta está sendo rapidamente afetado pelas mudanças climáticas. O CNJ, ao adotar a Agenda 2030 da ONU com os 17 ODS, determina que o Poder Judiciário se integre a um compromisso, que é global, e que internalize esses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas atividades rotineiras da área administrativa e judiciária priorizando sua responsabilidade socioambiental.

A nova Lei de Licitações 14.133/2021, a política de sustentabilidade do CJF, as resoluções CNJ 347,400, 401, todos os novos normativos estão alinhados com o compromisso assumido.

Os percentuais de redução de consumo tomando como referência o ano de 2019 está demonstrado no gráfico abaixo:



MONITORAMENTO DAS METAS DO PLS-JUD-SJ/BA
Plano de Ação 2021-2022
ANO 2021

● **META 1** - Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 50 % a.a. até 31 de dezembro de 2022 - (ano referência 2019).

Meta cumprida e superada.

Consumo total em resmas de PAPEL A4 (branco + reciclado)



Redução de 85% do consumo de papel A4 branco e reciclado, em relação ao ano de 2019:

Redução decorrente do projeto de digitalização dos processos físicos, e que no período de 09/02/2021 a 31/12/2021 digitalizou 84.204 processos, 99.062 volumes, converteu 2.619 mídias, totalizando 10.576.192 páginas digitalizadas, conforme Painel Interativo de Acompanhamento, em power BI, da Seção Judiciária da Bahia, desenvolvido pelo NucGE.

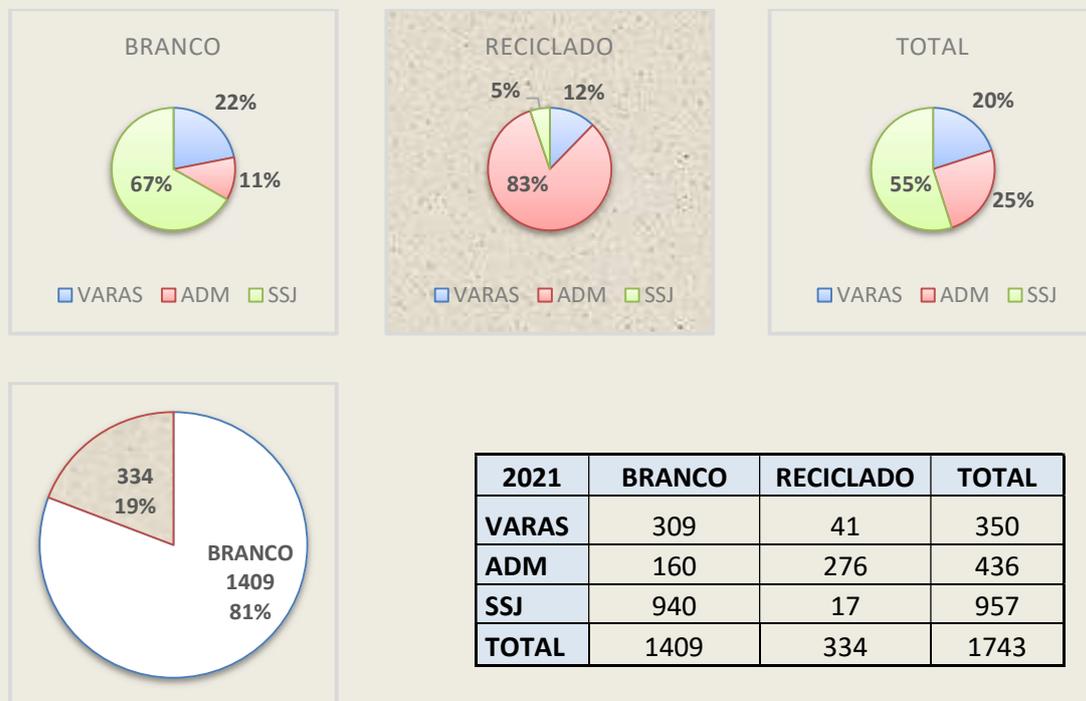
Também consequência da pandemia do novo coronavírus que impôs, por questões de segurança sanitária o plantão extraordinário/trabalho remoto, e a mudança de procedimentos por grande parte das unidades da seccional, que passaram a utilizar, preferencialmente, o uso do SEI, ou outros meios que dispensam a utilização de papel.

O consumo de papel A4 **branco** sofreu redução de 86% e o de papel **reciclado** de 82% em relação ao ano de 2019.

A resolução CNJ 400/2021 não mais diferencia se o consumo é de papel branco ou reciclado.

O consumo de papel ficou assim distribuído entre as unidades desta seccional:

Consumo % **por unidade** de resmas de **PAPEL**



O consumo per capita de resmas de papel desta seccional está representado no gráfico abaixo:

Consumo **per capita** de resmas de **PAPEL**

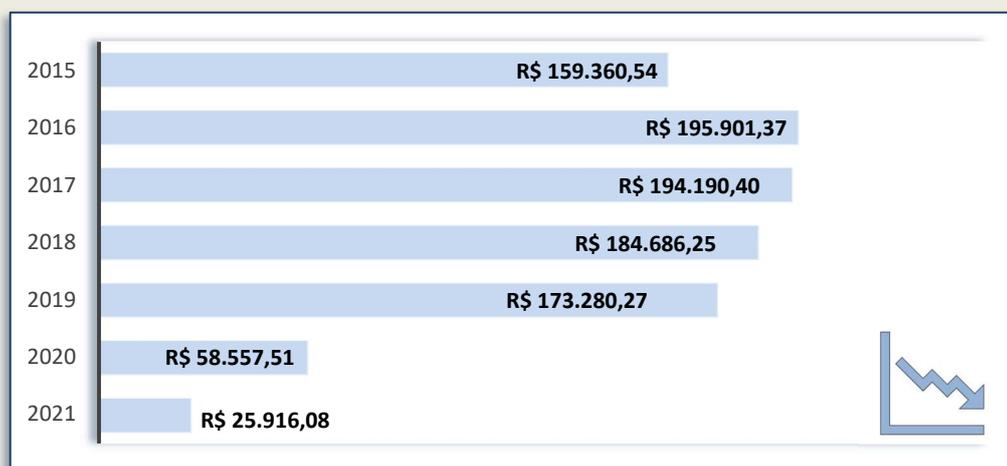


Seção Judiciária da Bahia
Relatório de Desempenho - PLS – SJ/BA 2021/2026
Ano 2021



A redução com o gasto total de papel branco mais o reciclado foi de 85%, com economia de R\$147.364,11. O preço médio por resma (consumo total dividido pelo valor de aquisição registrado e atualizado pelo Sicam) variou da seguinte forma:

Preço Médio/Rs	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Papel branco	R\$10,44	R\$10,41	R\$12,58	R\$13,50	R\$14,39	R\$14,49	R\$14,48
Papel reciclado	R\$8,33	R\$8,33	R\$12,38	R\$14,50	R\$16,51	R\$16,54	R\$16,51

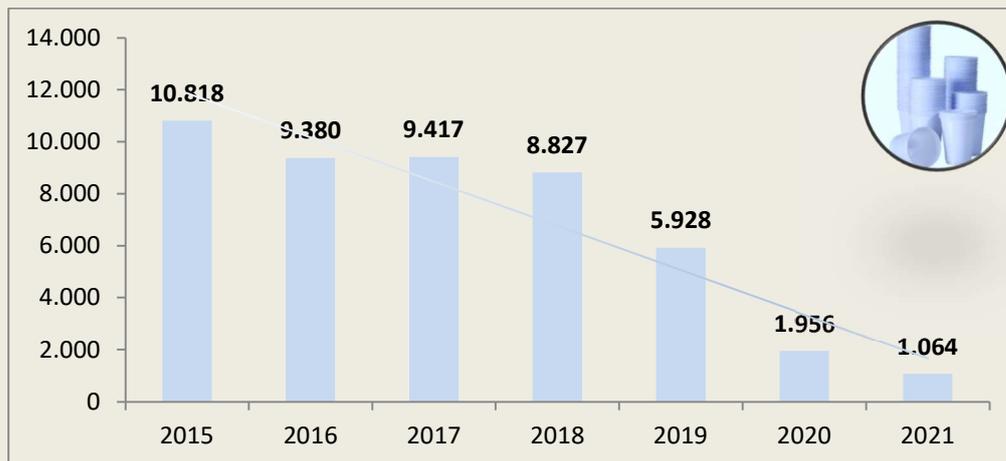


Gasto total em reais com **PAPEL A4** (branco + reciclado)

- META 2 - Reduzir o consumo de **COPOS descartáveis** em 20% a.a. até 31/12/2022 - (ano referência 2019).

Meta cumprida e superada.

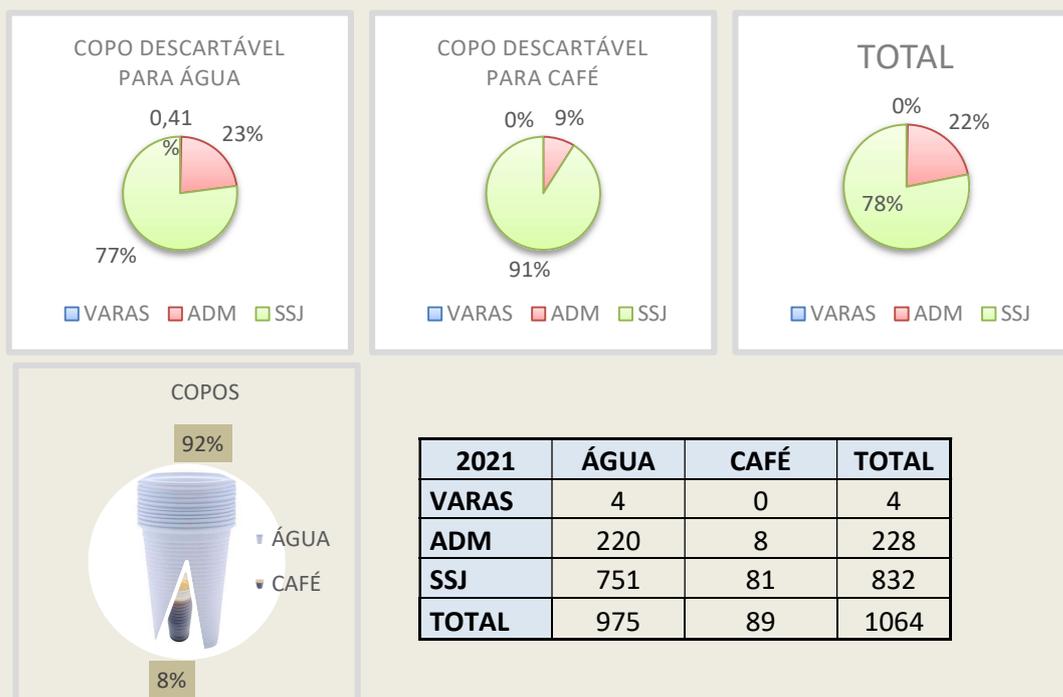
Consumo total de **COPOS DESCARTÁVEIS** (em centos)



Redução de 82% do consumo total de copos plásticos descartáveis (água e café):

O consumo de centos de copo ficou assim distribuído:

Consumo % **por unidade** de centos de **COPO**



	2021	ÁGUA	CAFÉ	TOTAL
VARAS		4	0	4
ADM		220	8	228
SSJ		751	81	832
TOTAL		975	89	1064

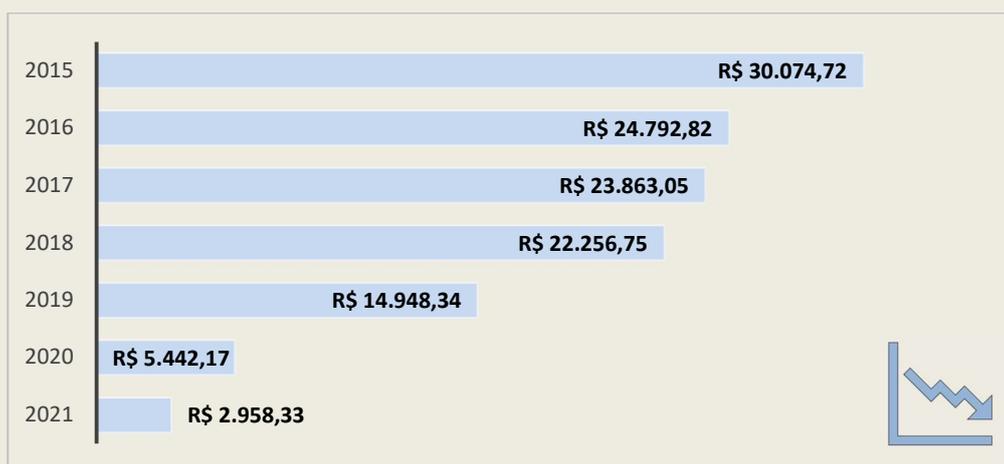
Contribuiu também para a redução de copos a portaria SECAD 8758294/2019, que dispõe sobre a suspensão definitiva do fornecimento de copos descartáveis para o público interno desta Seção Judiciária e cujo controle é gerenciado pela Semat/Nucaf, mediante processo administrativo. Estuda-se ainda a viabilidade da aquisição de copos produzidos com materiais orgânicos.

O consumo per capita de centos de copos plásticos descartáveis na Seção Judiciária da Bahia seccional está demonstrado no gráfico abaixo:

Consumo **per capita** de centos de **COPOS DESCARTÁVEIS**



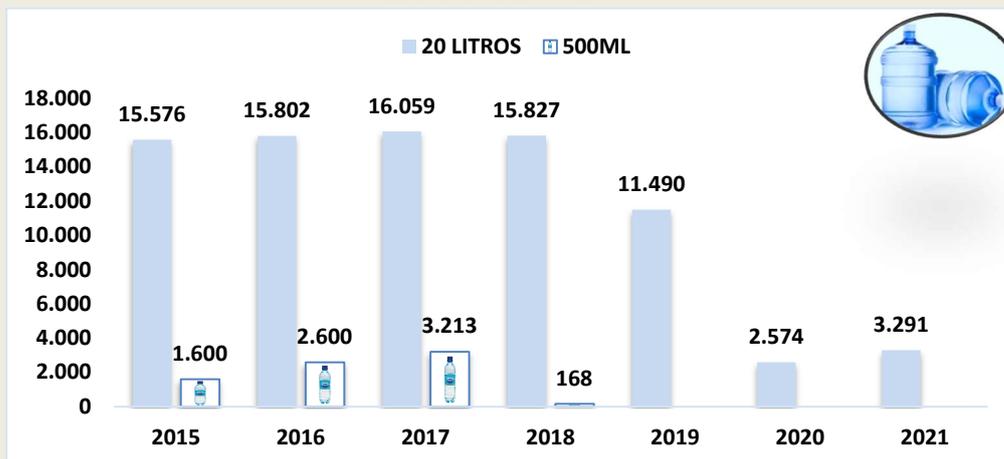
Gasto total em reais com **COPOS DESCARTÁVEIS** (200ml + 50ml)



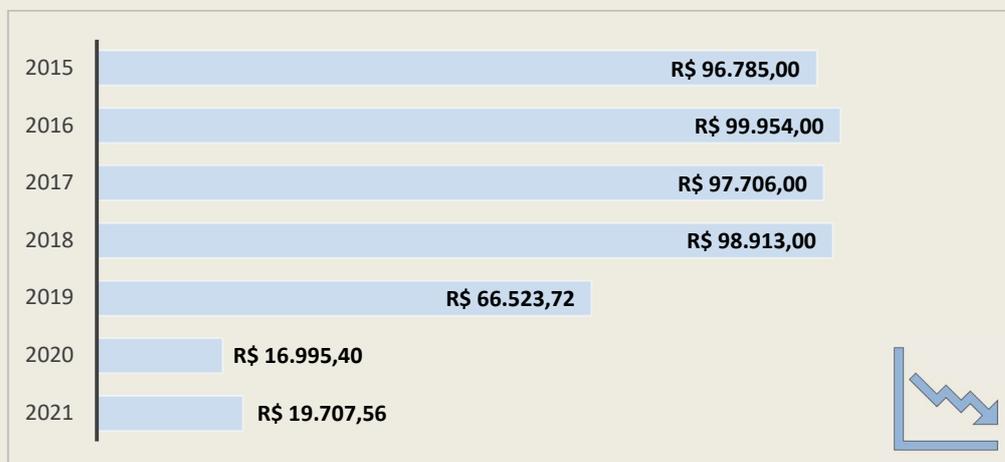
- META 3 - Reduzir o consumo de **ÁGUA ENVASADA** em embalagens retornáveis em 10% a.a. até 31/12/2022 - (ano referência 2019)

Meta cumprida.

Consumo total de **ÁGUA ENVASADA** (em 20 litros e 500ml)



Gasto total em reais com **ÁGUA MINERAL ENVASADA** (200l + 500ml)

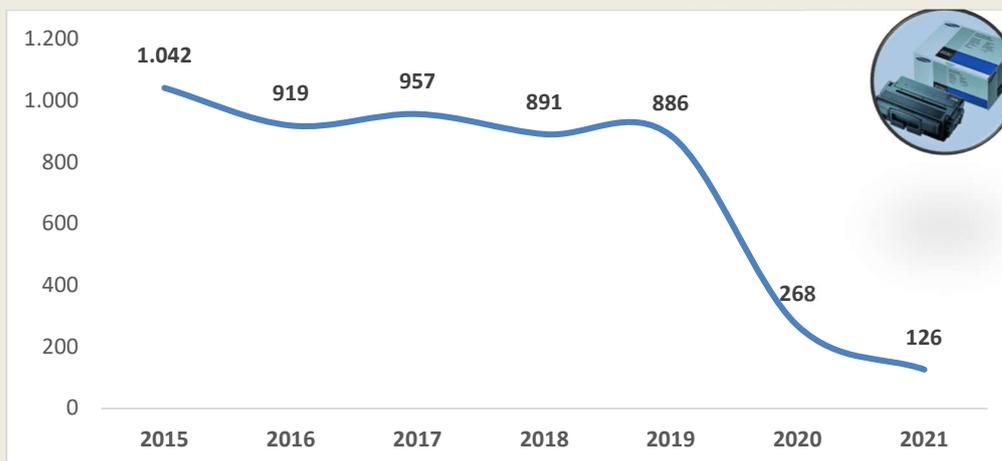


A aquisição de garrafas de 500ml foi proibida em 2018, conforme Portaria Diref/Secad 5429792. Está em andamento um estudo para dar continuidade à substituição dos bebedouros de garrafão por purificadores de água ou por bebedouros de pressão, esse último teve sua instalação suspensa em razão do risco de contaminação pelo coronavírus.

- META 4 - Reduzir o consumo de **SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO** em até 50% até 2022 - (ano referência 2019).

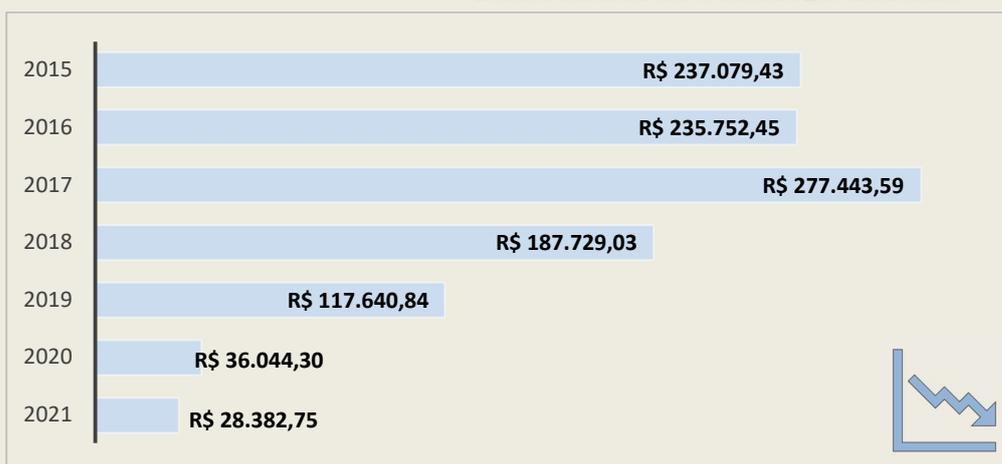
Meta cumprida.

Consumo total de **SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO (TONERS)**



Está em análise o redimensionamento do parque de impressoras considerando o novo cenário de trabalho híbrido e virtualização dos processos e procedimentos judiciais.

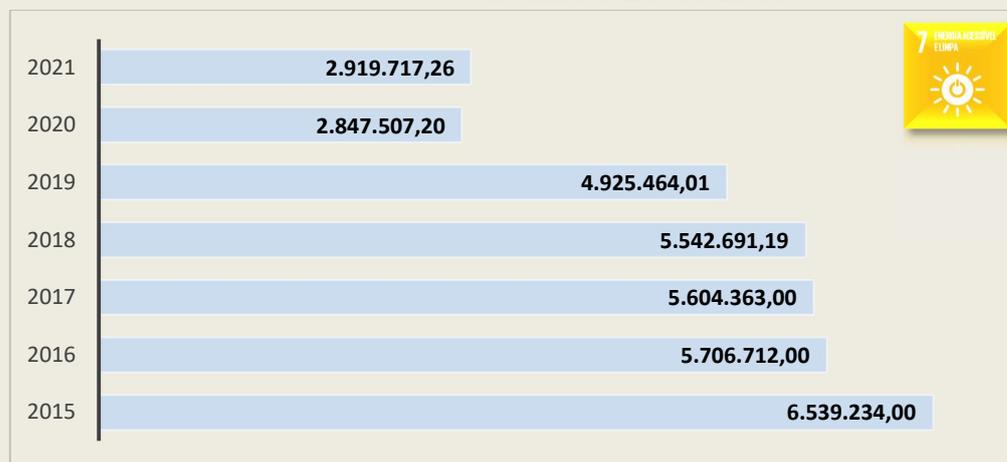
Gasto total em reais com **SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO (TONERS)**



META 5 - Não aumentar o consumo de ENERGIA elétrica - (ano referência 2019)

Meta cumprida.

Consumo total de ENERGIA ELÉTRICA (kWh)



Esta seccional faz uso de energia renovável. Em junho de 2018 foi inaugurada a usina solar da Subseção Judiciária de Guanambi. Em 2021, o Núcleo de Gestão Estratégica, Inovação e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, juntamente com a Seção de Engenharia, criaram um painel e um aplicativo para monitoramento da energia gerada e distribuída e ainda produziram um vídeo com as orientações sobre energia solar e como fazer uso do aplicativo disponibilizado na intranet do site da SJ/BA. Além da Subseção de Guanambi, são beneficiadas com essa energia limpa as Subseções de Bom Jesus da Lapa, Eunápolis, Juazeiro e Teixeira de Freitas.

Conforme o Painel de Controle da Energia Solar, no ano de 2021 foram produzidas 153,46 mil kWh em energia solar e a energia compensada foi de 103,62 mil kWh, repercutindo em uma economia aproximada de R\$85,87mil.

O consumo total de energia sofreu redução de 41% em relação ao ano de 2019, observando que os valores computados relativos ao consumo e gasto de dezembro/2021 da Subseção Judiciária de Itabuna são valores estimados, porque a fatura não foi disponibilizada dentro período estabelecido para a conclusão do presente relatório.

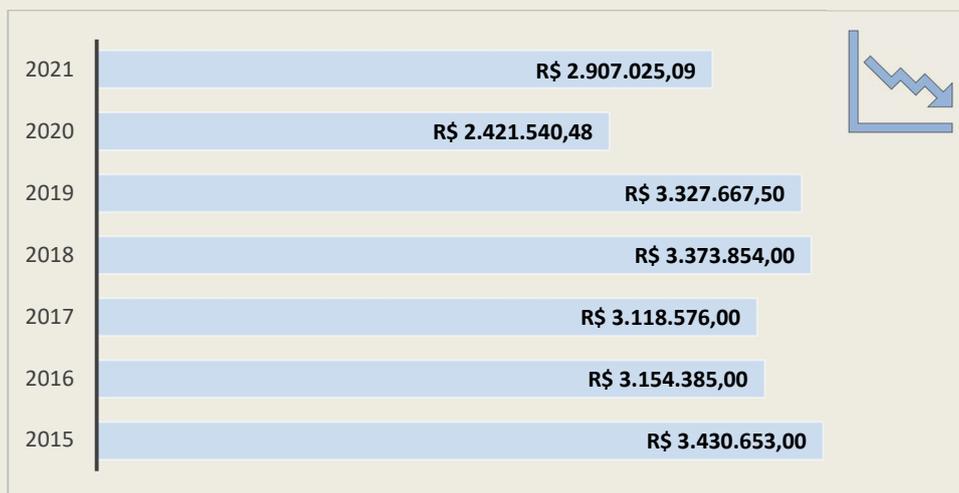
As variações nas bandeiras tarifárias influenciaram significativamente o gasto com energia elétrica. Em julho/2021 a bandeira vermelha patamar 2 saiu do acréscimo de R\$6,243 a cada 100kWh consumidos para R\$14,20, a denominada bandeira de escassez hídrica que vigora desde setembro de 2021. Segundo a Aneel, a nova bandeira trouxe um impacto de 6,78% nas contas. A tabela a seguir demonstra o Sistema de Bandeiras Tarifárias da ANEEL, indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade:



TABELA - BANDEIRAS TARIFÁRIAS - ENERGIA ELÉTRICA

MÊS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
JAN	1 (+R\$3,00)	2 (+R\$4,50)	VERDE	VERDE	VERDE	(+R\$1,343)	(+R\$1,343)
FEV	1 (+R\$3,00)	1 (+R\$3,00)	VERDE	VERDE	VERDE	VERDE	(+R\$1,343)
MAR	2 (+R\$5,50)	(+R\$1,50)	(+R\$2,00)	VERDE	VERDE	VERDE	(+R\$1,343)
ABR	2 (+R\$5,50)	VERDE	1 (+R\$3,00)	VERDE	VERDE	VERDE	(+R\$1,343)
MAI	2 (+R\$5,50)	VERDE	1 (+R\$3,00)	(+R\$1,00)	(+R\$1,00)	VERDE	1 (+4,169)
JUN	2 (+R\$5,50)	VERDE	VERDE	2 (+R\$5,00)	VERDE	VERDE	2 (+6,243)
JUL	2 (+R\$5,50)	VERDE	(+R\$2,00)	2 (+R\$5,00)	(+R\$2,00)	VERDE	2 (+9,492)
AGO	2 (+R\$5,50)	VERDE	1 (+R\$3,00)	2 (+R\$5,00)	1 (R\$4,00)	VERDE	2 (+9,492)
SET	2 (+R\$4,50)	VERDE	(+R\$2,00)	2 (+R\$5,00)	1 (R\$4,00)	VERDE	2 (+14,20)
OUT	2 (+R\$4,50)	VERDE	2 (+R\$3,50)	2 (+R\$5,00)	(+R\$1,50)	VERDE	2 (+14,20)
NOV	2 (+R\$4,50)	(+R\$1,50)	2 (+R\$5,00)	(+R\$1,00)	1 (R\$4,169)	VERDE	2 (+14,20)
DEZ	2 (+R\$4,50)	VERDE	1 (+R3,00)	VERDE	(+R\$1,343)	2 (+6,243)	2 (+14,20)

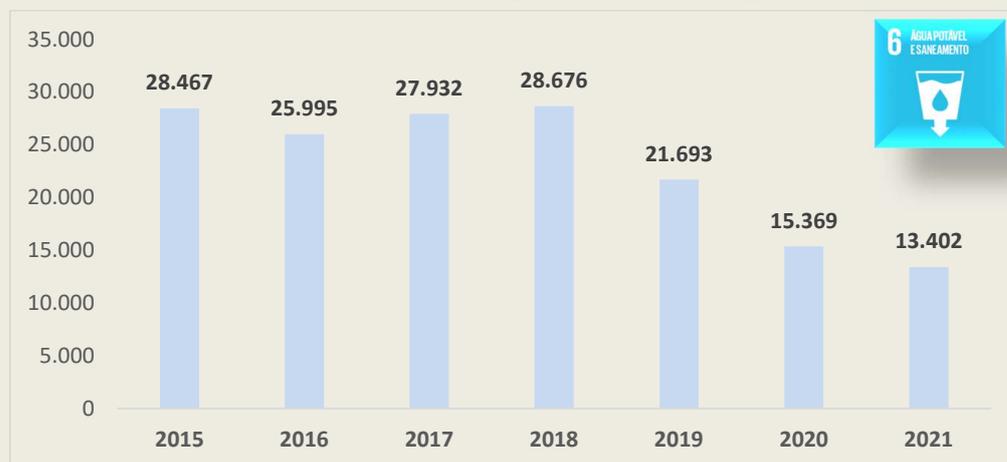
Gasto total em reais com ENERGIA ELÉTRICA



META 6 - Não aumentar o consumo de ÁGUA E ESGOTO - (ano referência 2019)

Meta cumprida.

Consumo total de **ÁGUA E ESGOTO (m³)**



O Núcleo de Administração de Serviços Gerais passou a utilizar o Sistema Água Pura da Universidade Federal da Bahia para monitoramento do consumo, mediante leitura manual diária dos hidrômetros do prédio sede desta seccional e inserção dos dados no referido sistema, que é uma ferramenta informatizada que permite identificar com maior rapidez alguma irregularidade que venha ocorrer nas instalações hidráulicas, como nos casos de vazamento, por exemplo.

Gasto total em reais com **ÁGUA E ESGOTO**



META 7 - Destinar 100% dos RESÍDUOS sólidos coletados em Salvador para o destino adequado. Concluir a implementação da coleta seletiva na sede até 2022.

Meta não cumprida, o prazo vence em dez/2022, conforme consta no Plano de Ação 2021-2022.

A implementação da coleta seletiva solidária foi suspensa em 2020, decorrência da pandemia e o consequente risco sanitário tanto para os catadores de recicláveis quanto para os servidores e colaboradores da Seção que trabalham presencialmente. A construção de abrigo para recicláveis foi concluída no começo de 2020.

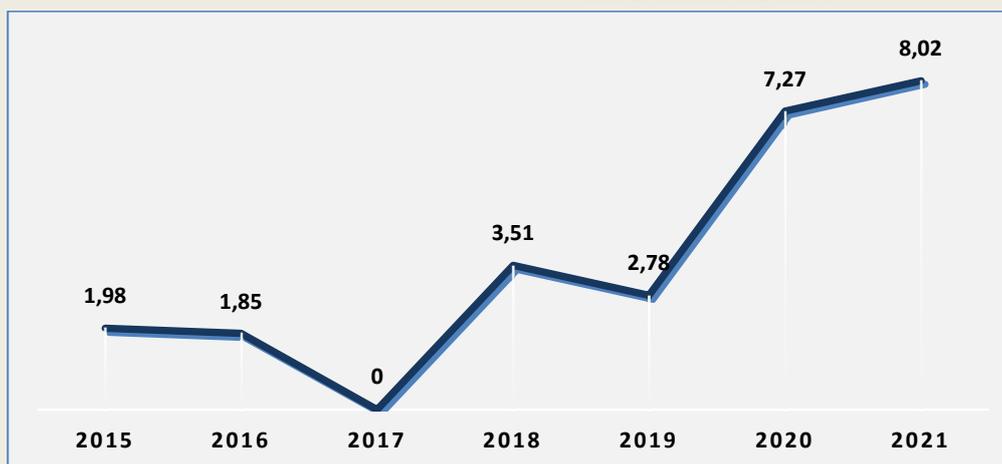
O projeto terá continuidade com a contratação de empresa para elaborar e implementar o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos na sede.

Atualmente ocorre no prédio sede e dos Jefs a coleta por Cooperativas de Catadores Recicláveis cadastradas pela SESAB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia, sem informação de quantitativos e classificação dos resíduos.

META 8 - Manter a quantidade total de participantes em ações de QVT alcançada em 2019 até 31/12/2022 - (ano referência 2019).

Meta cumprida.

% de participantes em ações de **QUALIDADE DE VIDA**



O NUBES, em 2021, em parceria com o NucGP, realizou e participou de aulas e palestras, voltadas a orientações pertinentes aos protocolos adotados decorrentes da pandemia gerada pela Covid, assim como uma palestra específica para as CID's F, relativas e abrangentes a enfermidades mentais, dos mais variados graus, doenças essas registradas em uma escala bem maior do que em anos anteriores. Acompanhou e assessorou a contratação de palestra sobre Wellness, idealizada pelo NucGP. (154 participantes).

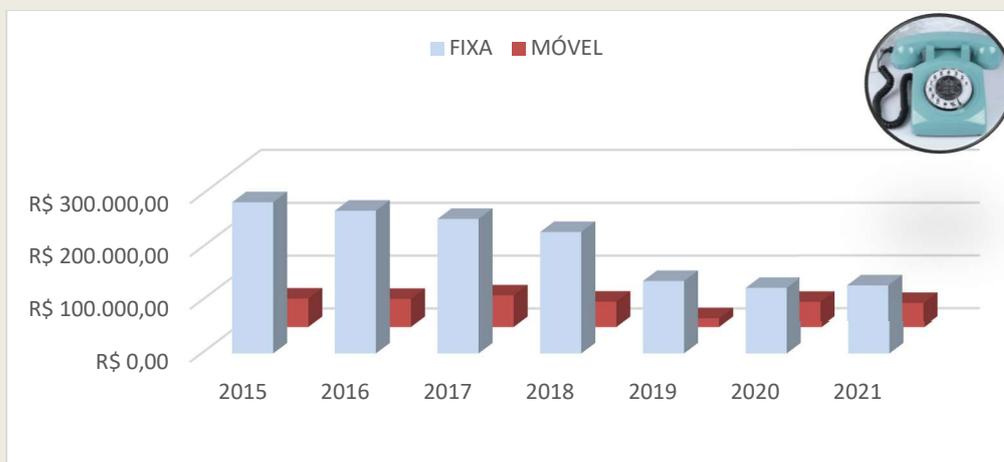


Promoveu a palestra “Desafios do câncer de mama na atualidade – fez parte da campanha outubro rosa para conscientização do tratamento e prevenção do câncer de mama que teve 68 participantes e, em parceria com o NucGP, a palestra Adaptando-se ao novo com saúde emocional (225 participantes).

- META 9 - Não aumentar o gasto com TELEFONIA em relação ao ano de 2019

Meta não cumprida.

Gasto total em reais com TELEFONIA

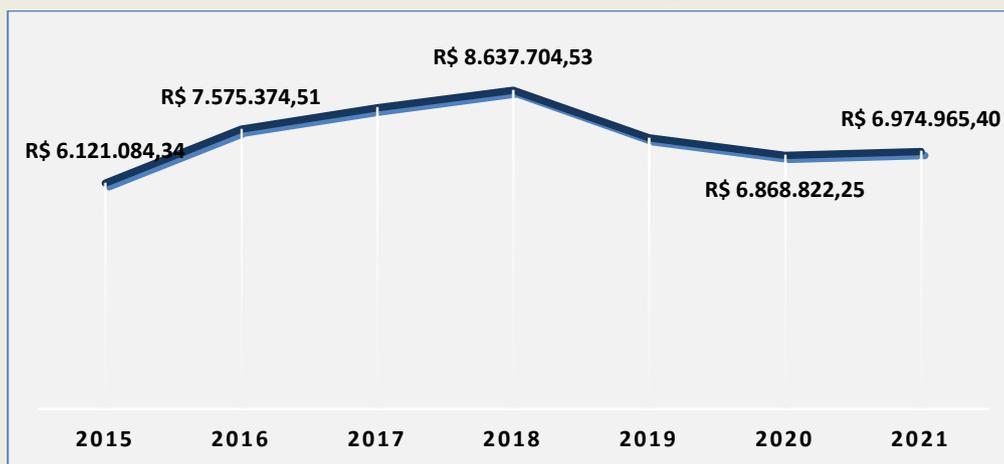


ANO	FIXA	MÓVEL	total
2015	R\$ 286.019,34	R\$ 53.819,05	R\$ 339.838,39
2016	R\$ 269.897,07	R\$ 53.067,08	R\$ 322.964,15
2017	R\$ 254.452,69	R\$ 59.755,75	R\$ 314.208,44
2018	R\$ 229.790,84	R\$ 47.963,18	R\$ 277.754,02
2019	R\$ 136.968,25	R\$ 16.416,23	R\$ 153.384,48
2020	R\$ 123.985,26	R\$ 46.987,27	R\$ 170.972,53
2021	R\$ 128.396,71	R\$ 45.039,11	R\$ 173.435,82

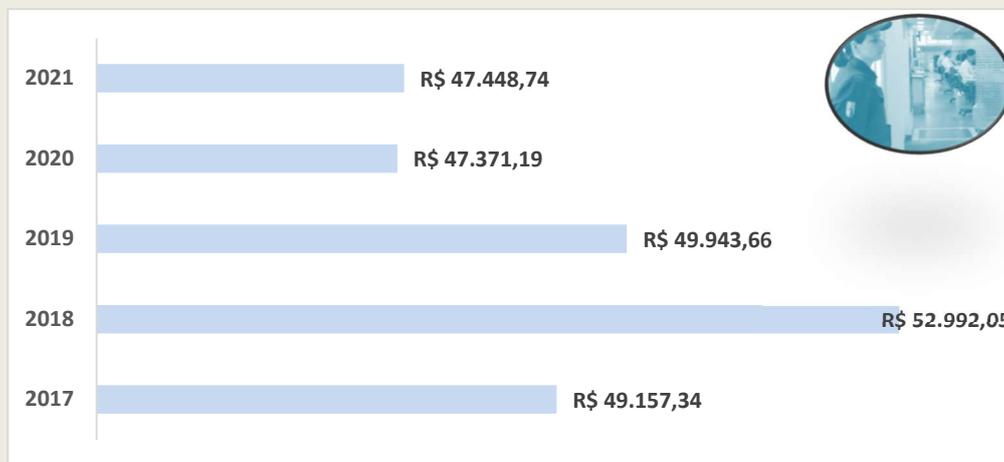
META 10 – não foi possível estabelecer meta.

Modificações relativas às novas normativas de segurança, necessidade de ajustes em algumas edificações da seccional e o cenário indefinido trazido pela pandemia impossibilitaram o estabelecimento de metas.

Gasto total em reais com VIGILÂNCIA



Gasto médio em reais com VIGILÂNCIA

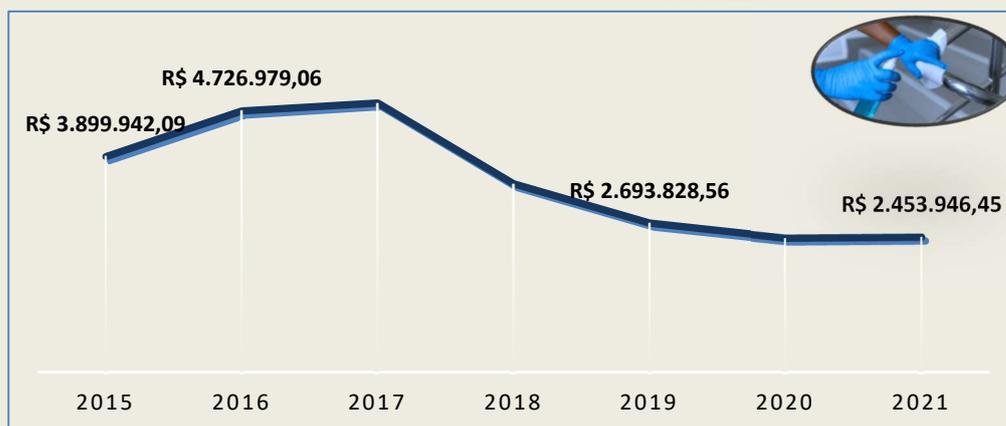


O gasto médio com vigilância armada, conforme a resolução CNJ 400/2021 é o resultado da divisão dos gastos com contratos de vigilância pelo número de trabalhadores. A resolução CNJ 201/2015 determinava apenas a quantidade de postos. A partir de 2022 também deverão ser registrados no questionário PLS-Jud os dados relativos à despesa total com contratos firmados com empresas especializadas para prestação de serviços de vigilância eletrônica, compreendendo a mão de obra, a instalação e a locação de equipamentos de circuito fechado de TV; a instalação de alarmes; a aquisição e instalação de pórticos detectores de metais e outros itens de vigilância eletrônica.

- META 11 - Não aumentar os gastos com LIMPEZA até 31/12/2022, desconsideradas as repactuações - (ano referência 2019)

Meta cumprida.

Gasto total em reais com LIMPEZA



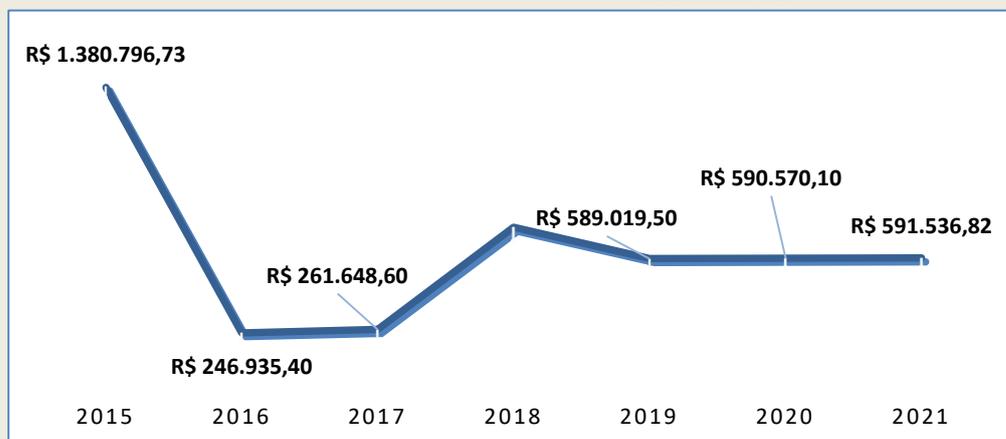
A partir de 2022, para atender a nova resolução do CNJ (400/2021), será monitorada a despesa total realizada com o contrato de limpeza em relação à área contratada. Corresponde ao custo médio por m2 dos serviços de manutenção da limpeza do órgão durante o período-base.

Houve despesas excepcionais com a aquisição de produtos de higienização, em razão dos cuidados com a saúde exigidos para evitar riscos de contaminação pela covid, conforme protocolo de segurança sanitária estabelecido pela seccional.

- META 12 - Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com REFORMAS e mudanças de leiaute.

Meta não cumprida.

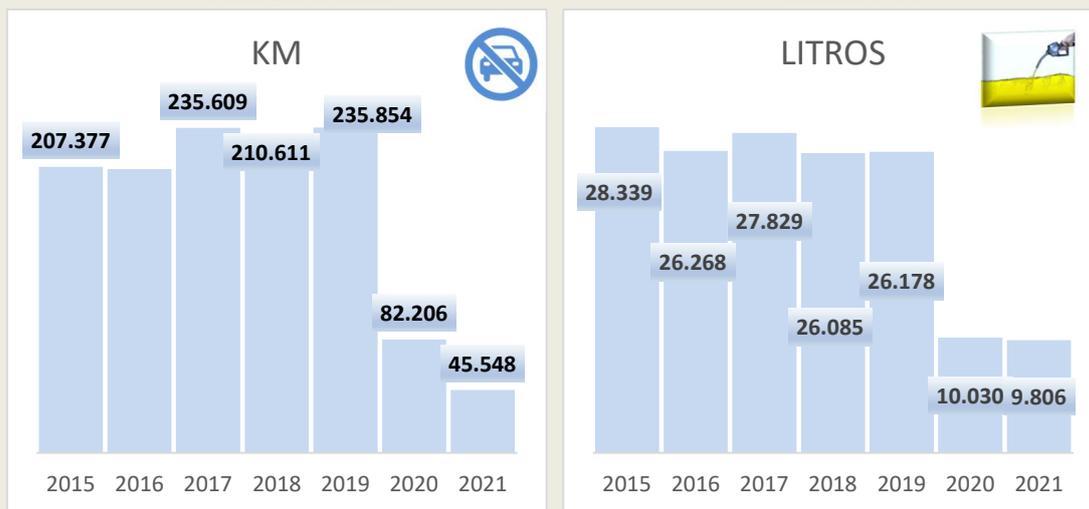
Gasto total em reais com REFORMAS



● META 13 - Não aumentar a quantidade de QUILÔMETROS rodados - (ano referência 2019).

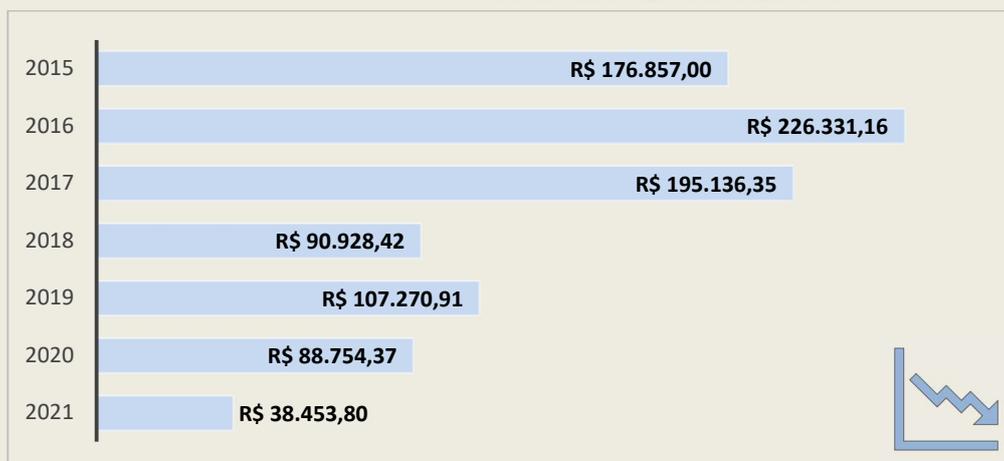
Meta cumprida.

QUILÔMETROS Rodados e Consumo total de **COMBUSTÍVEL**



● META 14 - Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva de VEÍCULOS até 31/12/2022 - (ano referência 2019)

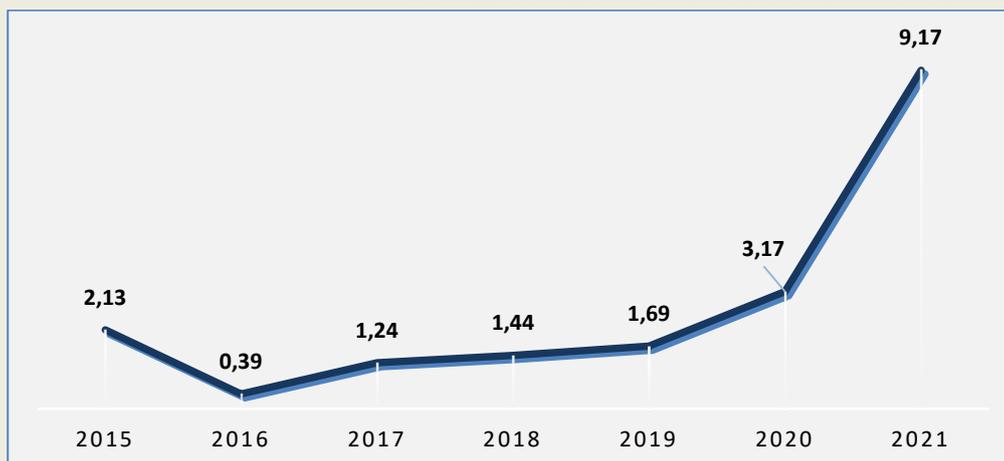
Gasto total em reais com **MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS**



META 15 - Promover ações de CAPACITAÇÃO que sensibilizem 30% do quadro total da SJBA até 31 de dezembro de 2022

Meta cumprida.

% de participantes em ações de **PARTICIPANTES EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**



Foram realizadas em 2021 as seguintes palestras: - Inteligência Emocional (197 participantes); Adaptando-se ao Novo com saúde emocional; Educação Financeira (127); Assédio e Saúde e Gestão da Mente para Lidar com o Stress (187).

Houve incremento expressivo na participação dos servidores nas ações relativas à sustentabilidade, considerando que se trata de tema transversal.

A divulgação de matérias sobre sustentabilidade aumentou em 28%, no jornal interno da Seção Judiciária, em relação ao ano de 2020, e de 49% em relação ao ano de 2019.

ANO	TOTAL DE PUBLICAÇÕES NO JFH sobre o tema sustentabilidade	Variação %
2017	53	Período referência
2018	93	75
2019	88	-5
2020	102	16
2021	131	28

Seção Judiciária da Bahia
Relatório de Desempenho - PLS – SJ/BA 2021/2026
Ano 2021

Foi criada, em 2021, a coluna “Transforme em Ação”, que é publicada semanalmente no jornal interno desta seccional, para divulgação de temas que estimulam o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida, equidade e diversidade como determinado no artigo 16, § 3º da Resolução CNJ 400/2021. Foram 38 publicações vide tabela abaixo, normalmente acompanhadas de links para quem desejar aprender mais sobre o assunto. Todas as matérias do jornal são associadas a cada ODS específico.

COLUNA TRANSFORME EM AÇÃO - JFH - 2021					
1	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	14	Conheça a ACT Now – campanha da ONU para ação individual	27	Linguagem simples/linguagem clara
2	Sustentabilidade em poucas palavras	15	Comissão gestora do PLS define ações do Plano de Ação Socioambiental 2021-2022	28	Conta de luz mais cara
3	Litigância climática	16	Pelo futuro da água – o que você vai fazer??	29	Cop 26: quais as grandes metas da ONU
4	Sustentabilidade: benefícios da digitalização	17	Sebastião Salgado – judiciário é grande aliado na proteção da Amazônia	30	Consumo consciente
5	Plano de Ação Climática de Salvador	18	Jovens processam governo por “pedalada climática”	31	Você sabe o que é visual law
6	2021 chegou e agora – sobre ESG (Ambiental, Social e Governança Corporativa)	19	Desperdício de alimentos e mudanças climáticas	32	Economia circular
7	Prioridades da ONU para 2021	20	Pequenos gestos e grandes impactos	33	Papa Francisco faz apelo urgente sobre questões ambientais
8	Hora do Planeta	21	Ações individuais importam – sobre mudanças climáticas	34	Novo meio de prova facilita o julgamento de causas previdenciárias
9	1ª Reunião da Comissão Gestora do PLS	22	Programa de reciclagem em Salvador – SO+MA	35	Você já ouviu falar do Greenfriday
10	Ciclo da inacessibilidade	23	Como descartar embalagens de delivery	36	Vamos falar sobre Direito Ambiental
11	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades	24	O que é ACV	37	Conheça soluções para diminuir GEE
12	Mudanças climáticas: dicas para reduzir a pegada de carbono	25	O que é acessibilidade digital	38	A arte de pensar o futuro num mundo imediatista
13	Mais dicas para reduzir a pegada de carbono	26	Compras públicas sustentáveis		

META 16 - Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações –
CONTRATAÇÕES MAIS SUSTENTÁVEIS

Esse indicador corresponde à relação entre o número total de licitações realizadas e o número de licitações que foi viável definir critérios de sustentabilidade objetivos e aferíveis. E será implementado em 2022.

Conforme levantamento superficial do Seramb para observar a presença de critérios sustentáveis e/ou a conformidade com a IN 01/2010 SLTI-MPOG, no período de 2016 a 2020, a seccional avança ainda de forma lenta, mas contínua, no processo de internalização da sustentabilidade em suas contratações. A inclusão dos critérios de sustentabilidade nos editais e termos de referência é obrigatória, mas demanda maior capacitação dos executores de contratos para melhor construir as especificações.

ANO	TOTAL DE LICITAÇÕES	EDITAIS COM CRITÉRIOS SUSTENTABILIDADE	ICS
2016	68	8	12%
2017	76	58	76%
2018	63	43	68%
2019	51	45	88%
2020	46	45	98%

O ICS – Índice de Contratações é quantitativo, registra apenas a presença de menções à sustentabilidade nos documentos formais, não avalia o final do processo de aquisição ou serviço.

A governança das contratações melhorou consideravelmente com a implementação do PAC, seguindo as diretrizes da Resolução CNJ 347/2020 e com o desenvolvimento de um painel de BI, pelo NucGE, para acompanhamento das contratações.

A administração da Seção Judiciária da Bahia criou uma Comissão para revisão dos modelos dos termos de referência para adequação das novas exigências da nova lei de licitações – a 14.133/2021, que tem como um dos princípios o desenvolvimento nacional sustentável e que destaca no artigo 6º, item XXIII, letra “c”, que o termo de referência deve conter **“a descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo e vida do objeto”**.

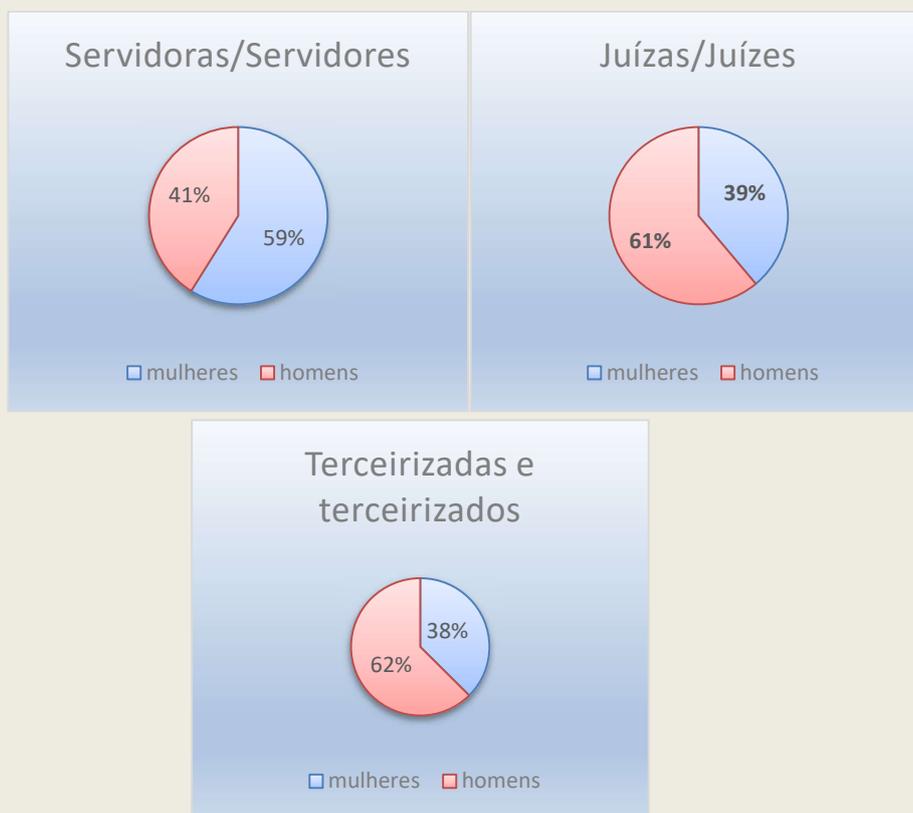
● META 17 - Implementar o indicador de equidade

O indicador de equidade é também uma novidade trazida pela Resolução CNJ/2021, para ser apurado em 2022, que *“deve se dar por políticas afirmativas não discriminatórias, de forma a assegurar aos quadros de pessoal e auxiliar, às partes e aos usuários do Poder Judiciário, o pleno respeito à identidade e expressão de gênero, religião, estado civil, idade, origem social, opinião política, ascendência social, etnia, e outras condições pessoais.”*

Em levantamento de dados feito no SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos, registrou-se, em 2021, uma quantidade total de 582 servidoras, o que corresponde a 59% do total de servidores.

As magistradas são em número de 30, o equivalente a 39% do total de juízes e juízas ativas.

Em relação ao quadro total terceirizados, 167 são mulheres em um total de 445 contratados, ou seja 38%.



Um caminho que poderá ser tomado pela seccional é melhorar esse índice de participação de mulheres na contratação de prestadores de serviço.

Importante iniciativa de inclusão, apoio e reinserção social foi praticada pelo Núcleo Judiciário – NUCJU, que destinou 10% das vagas de digitalizadores contratados pela empresa vencedora da licitação às mulheres da Associação "Tamo Juntas", Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência Doméstica, e da ONG "Abraço a Microcefalia", Associação sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o acolhimento e apoio às famílias de crianças com malformação congênita no sistema nervoso central.



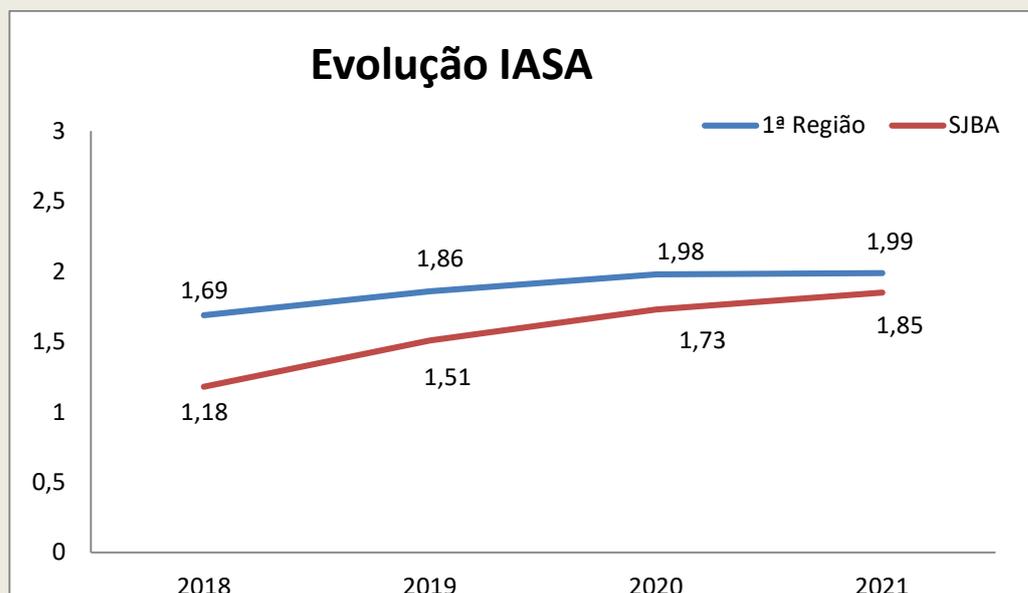
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA

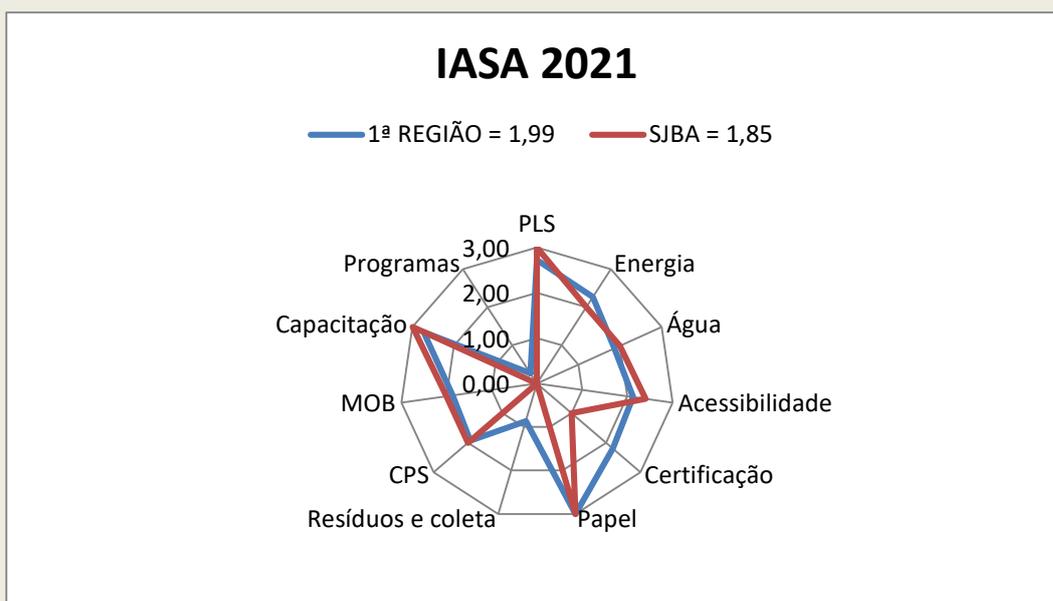
O Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração – IASA foi criado pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal – APF.

Para tanto foi elaborado um questionário que avalia os seguintes temas: sendo o IASA a média da pontuação (que vai de 0 a 3) recebida nestes temas:

1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade.

O IASA corresponde à média da pontuação (0 a 3) obtida nas respostas do questionário. A Seção Judiciária da Bahia alcançou em 2021 o índice de 1,85. Incremento de aproximadamente 6,93% em relação ao IASA de 2020.





Conclui-se, que também em 2021, o cenário de teletrabalho, de digitalização de processos, de inovação tecnológica nas atividades judiciárias e administrativas (balcão virtual, assistente virtual, audiências virtuais, Sigec, juízo 100% digital, Painel Interativo do PAC, Painel de Monitoramento da Energia Solar etc), contribuíram enormemente para a redução de despesas e para diminuição do uso de recursos naturais.

O novo cenário é uma oportunidade para rever estratégias e conciliar as atividades humanas com a natureza. O mundo sofre com as mudanças climáticas que impõem tragédias socioambientais mais frequentes e extremas e implora por mudanças de hábitos de produção e consumo.

O Poder Judiciário assumiu como macrodesafio a garantia dos direitos fundamentais e, como um dos seus atributos de valor, a sustentabilidade. Para garantir o direito à vida e assimilar o conceito clássico de desenvolvimento sustentável, que enuncia a garantia da existência digna da geração presente sem comprometer a dignidade das gerações futuras, cumpre investir prioritariamente nos seguintes temas dentro desta instituição:

- Promoção da educação socioambiental e da inovação;
- Revisão da necessidade de edificações - repensar o uso dos espaços físicos, **“a justiça como um serviço e não como um prédio”**;
- Fortalecimento da comunicação;
- Construção da cultura e do aprimoramento da mensuração de dados como ferramenta essencial de gerenciamento e gestão.

O modelo da sustentabilidade deve ser multidimensional, **“pois o bem-estar é multidimensional. Para consolidá-la, nesses moldes, indispensável cuidar do ambiental sem ofender o social, o econômico, o ético e o jurídico-político.”**, como bem explana o Professor Juarez de Freitas em seu livro “Sustentabilidade” – Direito ao Futuro.

Diretor do Foro
Juiz Federal Fábio Moreira Ramiro

Comissão Gestora do PLS

Juiz Federal Dr. Fábio Stief Marmund - Presidente

Patrícia Moraes de Menezes – Diretora da Secretaria Administrativa

Ana Cláudia Dias Lima Seixas – Diretora do Núcleo de Mandados

Carla Maria de Carvalho Batista - Diretora do Núcleo de Compras, Contratos e Licitações

Kátia Fernandes Pereira - Diretora do Núcleo de Administração de Serviços Gerais

Cristina Maria Dantas Lessa Côrtes - Diretora do Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial

Liliana Kelsch Sarmiento -Diretora do Núcleo de Gestão Estratégica, Inovação e ODS

Luiz Quaresma de Mello Neto - Diretor do Núcleo de Bem-Estar

Fabrcio Vampré de Oliveira Côrtes - Diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas

Félix Antônio Barbosa Aguiar – Diretor do Núcleo Judiciário

Flávia Silva Carneiro Brito – Diretora da Secretaria da 3ª Vara

Álvaro Antonio Brito Reis - Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

Andrea Mara de Alencar Magalhães – Diretora do Núcleo de Assessoria Jurídica

Kleber Correia Portela – Diretor do Núcleo de Coordenação dos Juizados

Cláudia Silva Daniel - Supervisora da Seção de Gestão Estratégica

Adriana Silva Daniel – responsável pelo Serviço de Comunicação Social

Ana Marta Abreu Meirelles - responsável pelo Serviço de Apoio à Gestão Socioambiental

